

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

O PROCESSO DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA ESCOLA DELFIM  
MOREIRA: UM ESTUDO SOBRE UMA OCUPAÇÃO NA CIDADE DE MARINGÁ – PR

**Carla Fernanda de Oliveira Paulo** (UEM) - [carlafernandaop@outlook.com](mailto:carlafernandaop@outlook.com)  
**PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS** (UEM) - [priscillabchagas@gmail.com](mailto:priscillabchagas@gmail.com)

## **Introdução**

Esse artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que está em andamento ao qual foi tomado como objeto de estudo um processo de ocupação ocorrido em um conjunto habitacional em Maringá-PR, entre os anos de 2012 a 2017. Para entender esse processo, busca-se compreender a cidade no campo dos Estudos Organizacionais. A cidade pode ser entendida como uma megaorganização, que compõe múltiplas organizações, complexas, com diversos sujeitos e interesses, gerando assim conflito entre essas partes (FISCHER, 1996; MAC-ALLISTER, 1996).

Mais recentemente estudos que tem em seu cerne a discussão das cidades nos estudos organizacionais que a tratam como uma maneira de entender a vida social organizada. Compreender não somente as organizações que estão inseridas nela, mas também seus aspectos simbólicos, sociais e históricos e como a hegemonia capitalista afeta essas pessoas (HONORATO; SARAIVA; 2016; VIEGAS, et al., 2013).

Desse modo, esse trabalho propõe estudar a cidade como uma organização ao qual é lugar múltiplo com uma ampla diversidade de territórios e pessoas, com desejos e anseios, ora semelhantes, ora diferentes. Um lugar de afetos, um lugar de onde se encontra a (des)ordem e a contradição (SARAIVA; CARRIERI, 2011). O artigo propõe pensar a cidade como um espaço produzido, vivido, usado e apropriado pelos sujeitos em sua forma de ser, trazendo a reflexão sobre a formação de territórios e multiterritórios, bem como a organização de práticas de territorialidade no espaço urbano (SILVA; SARAIVA, 2016). Assim, “pode-se entender que a dinâmica nas organizações é fundamentalmente territorial” (COIMBRA; SARAIVA, 2013, p. 35).

Assim, a cidade é compreendida como múltiplos territórios compostos por diversos agentes sociais, que a produzem um espaço urbano desigual, pois é produzido como uma mercadoria submetida à propriedade privada para o desenvolvimento do capital, algo construído ao longo da história pelos agentes sociais que compõem a cidade. Assim, ela se torna um bem intercambiável, produzida sob a lógica da valorização, como negócio e segregação (CARLOS; 2012; ALVAREZ; 2015; CORREA; 2017).

Assim, o espaço urbano é (re)construído, e (re)significado por meio de processos territoriais que se fundamentam através de relações de poder na produção do espaço urbano (SILVA; SARAIVA, 2016). Desse modo, um grupo de pessoas, um indivíduo ou uma organização territorializa um espaço por meio das relações de poder. Esse trabalho também

propõe ver o espaço e o território não sendo sinônimos, mas sendo transformado a partir das relações sociais que nele ocorre.

Desse modo, é proposto compreender os processos de territorialização (T), desterritorialização (D), e reterritorialização (R), o primeiro sendo manifesto pelo poder material ou imaterial que é produzido sobre um espaço. O segundo em relação a perda desse espaço seja no substrato material ou simbolicamente e a reterritorialização, ao qual o movimento leva a nova uma territorialização que deixam e carregam suas marcas do seu antigo território para um novo.

Nesse sentido, entende-se a territorialidade como um fenômeno social, ao qual estão envolvidos indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social ou não. A territorialidade é contínua ou descontínua no tempo e no espaço, e está intimamente ligada a cada lugar: dando-lhe identidade sendo influenciada pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009).

A pesquisa está sendo realizada na cidade de Maringá, situada no noroeste do estado do Paraná e considerada uma cidade planejada. No entanto, a sua história foi marcada por uma produção desigual do espaço urbano, criando oportunidades para os mais ricos e distanciando os mais pobres do centro urbano. Assim, a cidade mostra-se também de difícil obtenção de moradias, dado ao seu alto valor de aluguel, além de diversos agentes que buscam a especulação imobiliária. No entanto, essa cidade “planejada” cria rupturas e resistências, como no caso das famílias da Escola Delfim Moreira, que na tentativa de buscar seu acesso à moradia o fazem por meio de uma ocupação que levou mais de cinco anos para chegarem a um acordo.

Desse modo, a ocupação que será discutida no artigo ocorreu em 2012. Acarretada pela falta de acesso à moradia, 19 famílias ocupam o Conjunto Residencial Atenas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que estava em construção. A Prefeitura de Maringá tentou de diversas maneiras retirar essas pessoas desse espaço, mas sem criar nenhuma outra alternativa. Assim, em 2015 o poder público da cidade realocou essas famílias para a Escola Delfim Moreira, localizada na zona rural e que estava desativada há 6 anos. Essas famílias passam a territorializar esse espaço, criando um modo de se organizarem para viver em comunidade, como também para lutarem por moradias.

Nesse sentido o objetivo desse trabalho é compreender como a produção desigual do espaço urbano ocasiona processos T-D-R. Ao entender que o território é um amplo lugar de

disputa de poderes, e que a produção capitalista do espaço impede que pessoas de menor renda tenham acesso à moradia. Entende-se também que essas pessoas são constantemente des(re)territorializadas de maneira material e imaterial, pois o processo de desterritorialização, pode ser tanto simbólico, como a destruição de símbolos, quanto concreto e material, pela destruição de antigos laços (HAERSBAERT, 2000). Por se tratar de um estudo em andamento, a coleta de dados ainda está em processo. Assim, o estudo fundamenta-se em dados secundários, sobretudo os em relatórios do Observatório das Metrôpoles – Núcleo de Maringá, bem como fotos e reportagens que relatam o caso.

Desse modo, o presente trabalho é apresentado em três seções. Sendo a primeira referente ao conceito de cidade nos estudos organizacionais, sua relação com o território que ocasiona processos T-D-R. Assim, são discutidos conceitos de território e territorialização. Na segunda seção é apresentada a cidade de Maringá – PR e suas características, uma cidade que conhecida como “planejada”, mas possui desde a sua criação uma formação desigual, ao qual é possível observar uma cidade construída com o objetivo de atender às classes mais altas. Por fim, apresenta-se como ocorreu o caso da ocupação na cidade de Maringá – PR, ao longo dos anos de 2012 a 2017, e seus desdobramentos. Entende-se que essa ocupação ocorre pela falta de acesso à moradia, ocasionada pela produção desigual do espaço das cidades capitalistas, que criam territórios desiguais. Percebe-se um movimento des(re)territorializador que pode estar relacionada à exclusão de acesso a terra, enquanto para outros a exclusão em um nível simbólico-cultural. Desterritorialização pode significar não só a perda do território material, mas um processo de exclusão social (HAESBAERT, 2007a).

### **Cidades, múltiplos territórios e os processos de T-D-R**

A cidade tem sido objeto de estudo de diversas áreas, como a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e História. Sendo também um campo ao qual possa ser incorporado pela Administração. O campo dos estudos organizacionais vem avançado teoricamente a partir de diversas perspectivas, sobrepujando a dicotomia entre organização estar alicerçada à grande empresa capitalista apenas com finalidade econômica, sendo assim possível traçar novos caminhos (HONORATO; SARAIVA; 2016).

Embora seja recente na literatura nessa área, datando da década de 1990, Fischer et al. (1997) inserem a cidade como um objeto de estudo no campo da Administração, uma vez que

a cidade pode ser vista como uma organização, pois “cidades e organizações tem os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição” (FISCHER, et al, 1997, p. 75). Em sua concepção a cidade pode ser entendida como uma megaorganização real e virtual, concreta e simbólica (FISCHER, 1996). Outra contribuição ainda na década de 1990 em relação às cidades no campo da Administração foi de Mac-Allister (1996). Para a autora, as cidades são uma organização complexas e diferentes, compostas por múltiplas organizações, sujeitos e interesses. Assim, como diferentes usos e processos de produção e consumo de bens e serviços (MAC-ALLISTER, 1996).

Mais recentemente, outros autores reafirmaram a cidade como objeto de estudo nos Estudos Organizacionais e lançaram mão de vê-la a partir de um aspecto funcionalista. Segundo (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 161) “nela diversos fenômenos sociais se apresentam. Entre eles, a formação e o desenvolvimento de organizações que lidam com a própria complexidade e a dinâmica da cidade”. Entender a organização-cidade mostra-se um importante objeto para os Estudos Organizacionais, ao sair da lógica funcionalista permitindo “um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada” (SARAIVA; CARRIERI, 2011, p. 548).

Outros estudos mais recentes da área da Administração também podem ser citados. Como o trabalho de Coimbra e Saraiva (2013) que entendem a cidade como uma organização-cidade que possuem tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos, nesse trabalho os autores buscam compreender a territorialidade por meio de um movimento social inseridos na cidade de Belo Horizonte. O trabalho de Viegas e Saraiva (2015) trazem uma visão urbana complexa, colocando em pauta a vida social organizada e os grupos que são oprimidos nos diversos âmbitos sociais. Além do estudo de Misoczky et al. (2011), que buscam compreender os conflitos gerados por grupos de diferente orientação sexual e econômica em um Centro Comercial de Porto Alegre e a territorialização desse espaço; Honorato e Saraiva (2016) problematizam a cidade-organização quanto um espaço planejado pelo hegemônico que trata como invisível os moradores em situação de rua, e como o ato de morar na rua “é uma forma de praticar a cidade” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 173).

Nesse sentido, entende-se as cidades nos estudos organizacionais como “o palco das interações entre os diferentes” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 163). Então, ao abranger a cidade como objeto de análise dos estudos organizacionais, observa-se não apenas as organizações inseridas nela, mas seus aspectos simbólicos, sociais e históricos, estes que são

construídos por meio da hegemonia capitalista e afetam os indivíduos e o mundo de suas vidas. Sobrepor à cidade possibilita pensar nela de modo mais amplo, compreendendo que a realidade é complexa, entendendo-a a partir das transformações que são realizadas por diferentes agentes sociais (VIEGAS, et al, 2013). Cidade, então é “lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

É importante entender a cidade não apenas como uma unidade espacial, a cidade não pode ser pensada em si, mas como um espaço aberto, do ponto de vista objetivo e subjetivo, concreto e abstrato (SPOSITO, 2017). Esse trabalho busca ver a cidade de modo material e imaterial, bem como as relações de poder que estão imbricadas nela por diversos agentes sociais. Compreendendo como isso acaba gerando uma produção desigual do espaço urbano que ao mesmo tempo mostra-se um lugar de oportunidades, mas que segrega e exclui as classes mais baixas.

A maneira como as cidades são pensadas e construídas por seus diversos agentes sociais afetam o cotidiano das pessoas e sua forma não apenas de morar na cidade, mas vivê-la de uma maneira mais ampla. Assim, as cidades capitalistas estão atreladas ao capital, criando um espaço urbano desigual, um reflexo das grandes cidades que possuem como característica o distanciamento dos mais pobres às áreas mais distantes do centro urbano, muitas vezes em favelas ou barracos.

Nesse sentido, entende-se a produção do espaço urbano como um modo que a sociedade para produzir-se, realiza-se num espaço determinado, como uma condição de sua existência, mas ao se apoderar de um espaço para a produção da sociedade ela também produz um espaço lhe é próprio. Assim, esse espaço possui uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (CARLOS, 2017).

A produção do espaço urbano possui um caráter excludente, em relação às classes mais baixas, ao quais reprodutores do espaço o produzem a modo de atender ao capital. Então, o espaço urbano é produzido e reproduzido como uma mercadoria reproduzível, pois o espaço da cidade está submetido à propriedade privada e o solo urbano é uma condição do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a propriedade privada divide e parcela a cidade, desenvolvendo uma profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, morar

neste espaço torna-se a existência real da propriedade privada do solo urbano (CARLOS, 2012).

Não se deve entender a produção do espaço urbano como algo “dado”, mas como consequências da ação de agentes sociais concretos, históricos, que possuem interesses e estratégias, gerando conflito e contradições entre eles mesmos e outros segmentos da sociedade (CORREA, 2017). Sposito (2017) corrobora para a autora, o capital se movimenta por meio das decisões de seus agentes, tanto econômicos como políticos. O capital então aprofunda as desigualdades do território (SPOSITO, 2017).

No entanto, não se deve pensar que as pessoas ou os movimentos sociais apenas reagem ao poder do capital ou do Estado, mas são capazes de agir proativamente na criação de alternativas e estratégias ligadas a reorganização do espaço da cidade, conseguindo criar e implementar projetos alternativos, apesar do Estado e contra o Estado. (SOUZA, 2017). Por sua vez,

o espaço urbano (re)construído, (re)significado por meio de processos de (re)ordenamento territorial que se fundamenta em um conjunto de ações, relações e, por extensão, discursos com possibilidade de (re)produzir no espaço e, portanto, nas condições de existência dos sujeitos (SILVA; SARAIVA, 2016, p. 3).

Entende-se que a produção do espaço urbano no sistema capitalista gera segregação, porque a metrópole pode ser entendida como o lugar de suporte das relações sociais de produção. Para a circulação do capital é necessário que a cidade possua os lugares propícios para produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias, materiais ou imateriais. Acarretando em lugares que sejam necessária infraestrutura e desenvolvimento de cada atividade, para se obter o lucro (CARLOS, 2015).

Assim, ao entender a produção do espaço urbano por diversos agentes sociais e que este é fragmentado, dado sua característica de um espaço capitalista, a cidade passa a ser uma mercadoria dividida e vendida àqueles que possuem maior capital. Em suma, pode-se entender que a cidade no capitalismo, é cada vez mais produzida como uma mercadoria, dividindo-a e estabelecendo valor de uso e valor de troca. Bem como, através da circulação do capital, permitindo que ele se realize propriamente. A cidade torna-se um bem intercambiável, produzida sob a lógica da valorização, como negócio e segregação (ALVAREZ, 2015).

Nesse sentido, a cidade abarca diversos territórios, e sendo assim diferencia-se de um espaço para ser um território, pois o espaço se torna território a partir das relações de poder que se manifesta sobre ele. Embora no senso comum ambos sejam tratados como sinônimos,

espaço e território são conceitos diferentes, mas ambos estão interligados. Um está presente no outro, o espaço é indispensável para a apropriação e produção do território (SAQUET, 2009).

Pode-se compreender o espaço como algo “dado”, que preexiste a qualquer ação, que poderá ser tornar objeto a partir do momento que um ator manifeste intenção de apoderar-se dele. Enquanto o território é uma produção a partir do espaço. Produção porque todas as relações que envolvem estão atreladas em um campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

Assim, para uma melhor compreensão entre espaço e território Haesbaert (2008) entende o espaço como um modo de buscar um “outro olhar”, que seja mais amplo e abstrato, sendo a “problemática” se confunde com a dimensão espacial, o território caberia dentro dessa dimensão sendo central na espacialidade das relações de poder. Souza (1995, p. 96) ainda define o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” Para o autor, assim como as relações o poder está onipresente nas relações sociais, o território está presente em toda a espacialidade social.

O território durante muito tempo foi entendido como aquele ao qual o aparelho do Estado exerce sua soberania, sendo assim necessário entender como um conceito em que não se confunda com o sua malha territorial e objetos geográficos materiais, mas tem a ver com o acesso a recursos e riquezas e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade (SOUZA, 2009).

Haesbaert (2007b) vai ao encontro do autor quanto ao território referir-se às relações sociais para o autor, essas relações são sempre relações de poder. Desse modo, território está sempre relacionado com o poder, mas não apenas o poder do Estado. Tem a ver tanto com o sentido mais explícito de dominação como ao poder mais implícito ou simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2007b).

Fernandes (2008) contextualiza que o território vem ganhando espaço em diversas áreas do conhecimento, um dos argumentos que se destaca em relação ao território, é utilizá-lo como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas. Políticas estas que causam impacto socioterritoriais criando formas de resistência, produzindo conflitos. O território passa a ser alvo de disputa, tanto em sua relação material como imaterial (FERNANDES, 2008).

Saquet (2013) afirma que o território é um compartimento do espaço e possui duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança; servir como um modo de



oportunidades. Para obter essas duas funções é necessária uma organização interna do território, assim como relações externas de poder e dominação. Desse modo, o território assume diferentes significados para diferentes tipos de sociedade ou grupos sociais dominantes (SAQUET, 2013). Para Santos (1994, p. 16) “os territórios são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Nesse sentido, para um espaço ser entendido como território, nele deve haver relações de poder, relações que são entendidas por Haesbaert (2004) como produtora de identidade, ao passo que controla, diferencia e separa. Classificando e nomeando os indivíduos e os grupos sociais, que a partir do processo de identificação social também é uma relação política (HAESBAERT, 2004). Assim, a ocupação de um território por um grupo pode ser visto como gerador de raízes e identidade, a identidade das pessoas estaria ligada aos atributos do território (SOUZA, 1995).

Importante elucidar que o conceito de território vai além do espaço geográfico está imbricado em uma relação material e imaterial. Para Souza (2009) o território necessita da dimensão espacial, mas ele em si mesmo é intangível, assim como o poder é impalpável, o poder é uma relação social e o território é a expressão espacial disso. Assim, a não existiria território sem o seu substrato espacial material, do mesmo modo que não existiria poder sem as relações sociais, não se deve reduzir o território ao seu substrato.

Ademais, segundo Haesbaert (2009) não é possível interpretar o território de modo puramente funcional (já que sempre estará contido nele uma dimensão simbólica), nem territórios que sejam puramente simbólicos, pois nesse caso algum espaço material deverá estar contido. Assim, o território não é a “realidade” e não deve ser limitado apenas à materialidade, nem somente na “cultura”, em sua realidade simbólica (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, “o território não deve ser visto simplesmente com um objeto em sua materialidade, evidência empírica [...], nem como um meio de instrumento analítico ou conceito [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 109).

O território imaterial pode ser entendido como pertencente ao mundo das ideias, das intencionalidades, é a partir do território imaterial que é possível organizar o mundo das coisas e dos objetos, ou seja, o mundo material. O território imaterial é formado por ideias, métodos, ideologias, paradigmas, sendo possível por meio de ele interpretar, compreender, explicar o objeto, tema ou questão. Sendo assim, é impossível dissociar o território material ao imaterial, pois é base de sustentação de todos os territórios (FERNANDES, 2008). Assim,

“o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem um substrato), não são, só por isso, sinônimos” (SOUZA, 2009, p. 65).

Na vida cotidiana e na apropriação e produção do território, há diversos indivíduos, bem como organizações sociais, sendo instituições públicas, privadas e não governamentais, que possuem regras, objetivos, princípios e representações, características econômicas, políticas, culturais (SAQUET, 2008). Nesse sentido, todo território é ao mesmo tempo, funcional e simbólico,

pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é funcional a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Haesbaert (2004) agrupa as várias noções de território em três vertentes básicas, que são:

- 1) política: relaciona-se ao território controlado e delimitado, por meio do qual se exerce um determinado poder, ou seja, o poder político do Estado;
- 2) cultural ou simbólico-cultural: prioriza-se a dimensão simbólica e subjetiva, o território é visto como uma valorização simbólica de um grupo ou grupos que vivem nesse espaço e;
- 3) econômica: o autor considera uma dimensão menos difundida do território, entendido como fonte de recursos ou no embate entre classes sociais ou na relação capital-trabalho.

Pode-se entender território como um todo, e assim entende-se sua multidimensionalidade. A multidimensionalidade auxilia na compreensão de um todo, já que são as dimensões que o compõem. Essas dimensões são formadas pelos sujeitos e suas práticas sociais, produzindo múltiplas dimensões do território, como relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2008).

Haesbaert (2007b) também entende o território como sendo múltiplo, para o autor o território é sempre múltiplo, diverso e complexo. Ao contrário da concepção do território como sendo “unifuncional” que o concebe através da lógica capitalista hegemônica, ao qual

sua dominação ocorre por meio da figura do Estado, que defende o território de modo padrão não admitindo sua multiplicidade ou territorialidades (HAESBAERT, 2007B).

Em relação à multiterritorialidade dos territórios, estes se sobrepõem, sendo utilizados de diferentes formas, do mesmo modo que as pessoas realizam distintas funções em conjunto com as relações, gerando multiterritorialidades (FERNANDES, 2008). O território e a territorialidade são multidimensionais, porque o indivíduo vive relações que constroem um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial (SAQUET, 2009). As territorialidades são as representações dos tipos de uso de territórios (FERNANDES, 2008).

Então, ao pensar a cidade como múltiplos territórios que apenas são assim pelas relações de poder que nele se manifesta, e que são diversos agentes sociais que dominam um território e estabelecem poder sobre ele. Ao produzir um espaço urbano segregado, em que as classes mais baixas estão fadadas a ocuparem os locais mais distantes dos centros urbanos, características das metrópoles brasileiras. Resta a esses indivíduos a resistência pela ocupação de um novo território, manifestando também uma relação de poder sobre este. Pois de acordo com Haesbaert (2007b) poder sem resistência não existe, por menor que seja. O que acaba por gerar conflito entre diversos agentes, como o poder público.

Há uma constante apropriação e produção do território na vida cotidiana do indivíduo, essa produção de território perpassa a interação entre sujeitos podendo estar presente em organizações sociais, públicas ou privadas, que territorializam com suas normas, regras, objetivos e características econômicas, políticas e culturais. Assim, geram-se múltiplos arranjos sociais e territoriais. Esses territórios são marcados pelas diversas organizações que o compõe: indivíduos, famílias, organizações políticas, culturais ou empresarias, que vão deixando seus traços sobre o espaço e territorializando-o por meio de suas diferenças, políticas, econômicas e culturais, bem como traços comuns entre pessoas, famílias, empresas, etc (SAQUET, 2009).

Com a apropriação no território têm-se os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e e reterritorialização (R), aqui denominado processo T-D-R. É na territorialização que os sujeitos e organizações deixam marcas por onde passam, transformando um espaço em território a partir das relações de poder, seja material ou imaterial como salientado anteriormente. Assim, a desterritorialização é o abandono desse território, e o último a (re)territorialização tem a ver com a ocupação de um novo espaço, dando características e o transformando em um novo território.

Para a fim de um melhor entendimento, Saquet (2009) cita que a territorialidade é efetiva em diferentes escalas espaciais e também varia no tempo, por meio das relações de poder, da dominação das identidades, além de outras relações sociais que podem ser marcadas tanto economicamente, politicamente ou culturalmente. Assim, Saquet (2009, p. 88) cita que, “nas territorialidades há continuidades e discontinuidades no tempo e no espaço, estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidades e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar”.

A territorialidade é um fenômeno social, ao qual estão envolvidos indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social ou não. A territorialidade é contínua ou descontínua no tempo e no espaço, e está intimamente ligada a cada lugar: dando-lhe identidade sendo influenciada pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009). Assim, a territorialização para Saquet (2009, p. 83) “é o resultado e condições dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária, através das identidades”.

Exemplificando territorialização, Sack (1986) define como a tentativa de um indivíduo ou um grupo, em influenciar ou controlar, seja pessoas ou fenômenos e relações através do seu controle sobre uma área geográfica. Não necessariamente quem exerce o controle sobre o território estar próxima dele. Além disso, a territorialidade pode ser realizada de várias maneiras, em vários espaços (SACK, 1986).

Em relação à desterritorialização, par Haesbaert (2007a) deve-se pensar em desterritorialização como um movimento des(re)territorializador, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível e por outro lado mais inflexível e fechado. Sendo assim, “marcado pelos muros que separam os ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados” (HAESBAERT, 2007a p.66).

Enquanto a territorialização é entendida como o enraizamento, tanto em uma área, localização ou Estado-Nação, a desterritorialização é rompimento de fronteiras, deslocalização, um movimento que está relacionado com uma área do território (SAQUET, 2013). Assim, o processo de desterritorialização, pode ser tanto simbólico, como a destruição de símbolos, quanto concreto e material, pela destruição de antigos laços. Nesse sentido, o processo de desterritorialização pode ocorrer concomitantemente em uma escala (regional/local) e reterritorialização em outra (nacional e mundial) (HAESBAERT, 2000).

Haesbaert (2007a) define diferentes formas de desterritorialização que são estas: a) desterritorialização como domínio das redes, o território perderia o domínio das redes, da integração e da conectividade; b) o território é visto como material e sua perda acarretaria na perda do seu domínio imaterial, relacionadas ao ciberespaço. Assim, as bases territoriais podem ser destruídas, mas ainda carrega símbolos virtuais que podem gerar novas construções espaciais; c) perda do controle e poder sobre o território espacial dos Estados-nações; d) relacionada à deslocalização econômica, ou seja, o deslocamento de grandes corporações transnacionais, levando consigo investimentos fiscais ou tecnológicos para outras localidades; e) desterritorialização cultural, pois o território é valorizado por meio de suas características culturais e identitárias. Por meio da globalização cria-se uma homogeneização e heterogeneização das culturas mundiais.

Desse modo, para um grupo de indivíduos a desterritorialização pode estar relacionada à exclusão de acesso a terra, enquanto para outros a exclusão em um nível simbólico-cultural. Desterritorialização pode significar não só a perda do território material, mas um processo de exclusão social. Ou seja, na sociedade contemporânea, a exclusão ou a precarização social formado por um poder capitalista é o maior responsável pela desterritorialização. Desse modo, o acesso a diferentes escalas e redes pertence a uma classe privilegiada que cada vez mais se autosegregada (HAESBAERT, 2007a).

Quanto a (re)territorialização são reproduzidos traços comuns e heterogeneidades, ao mesmo tempo, ao se apropriar e produzir novos territórios (SAQUET, 2009). Esse movimento des(ter)ritorializador tanto em sua perspectiva material e imaterial, pode ser observado presente no campo que será estudado. Assim, ao apropriar-se um espaço, determinado grupo exerce relação de poder sobre ele o territorializando, estabelecendo laços simbólicos de pertencimento a este espaço (MISOCZKY, et al, 2011).

Um desterritorialização constante feita tanto política quanto simbolicamente, acarretada por uma produção do espaço urbano desigual que sempre esteve presente na história da cidade de Maringá, como será apresentado no próximo item.

### **A produção do espaço urbano de Maringá**

Importante ressaltar a características da cidade de Maringá – PR, comumente conhecida como uma cidade planejada, e conseqüentemente sem favelas. Uma cidade bela e ajardinada, com bons índices de qualidade de vida, como aponta o IBGE (2017), com uma

população de 406.693, uma renda de 2,7 salários mínimos e com 83% da cidade com acesso ao esgoto. Mesmo assim, Maringá não perde suas características de uma cidade capitalista como as demais metrópoles. Nela existe a segregação da população de menor renda para áreas mais distantes da cidade, até para outros distritos.

Sua história está forjada sobre uma empresa que vê nas terras do norte do Paraná uma oportunidade de obter lucro, por meio da valorização das terras, com um projeto que desde o princípio teve em sua gênese a construção de uma cidade que privilegiava os mais ricos excluindo os mais pobres. Mesmo assim, por mais que a cidade tenha um discurso hegemônico sobre sua qualidade de vida e uma cidade praticamente sem pobreza, resistências ocorrem ao longo de sua história, permeada pelo silenciamento daqueles que reivindicam o acesso à moradia. Assim, propõe-se ao longo desse item, discutir brevemente a formação da cidade de Maringá – PR, bem como o campo que será estudado.

Maringá teve seu início marcado pela compra de terras por empresários ingleses, que criaram a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), anos após renomeada como Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Em 1928 esses mesmos empresários compram a Companhia Ferroviária São Paulo Paraná e também 515 mil alqueires de terras do Estado do Paraná (ARAÚJO, 2007). As figuras 1 e 2 a seguir, apresentam a cidade na época de sua colonização e atualmente.

Figura 1 - Foto área de Maringá 1948



Fonte: Cordovil (2010)

FIGURA 2 - Foto aérea de Maringá 2018



Fonte: O Diário (2018)

Durante a implementação da Companhia, foi produzido um processo de expulsão dos moradores nativos dessa região, sendo marcado por um processo de dominação violento, ao qual não ficou marcado exclusivamente pela derrubada das matas e extermínio das espécies nativas, como também a dizimação da população indígena que residia nessa área, mudando radicalmente a paisagem da região (SILVA, 2006).

A companhia tinha como intenção a valorização das terras de Maringá, para isso é elaborado um projeto para a construção da cidade. Assim, em 1943 a CTNP contrata o urbanista paulista Jorge Macedo Vieira. Adepto conceito “Cidade Jardim” criado pelo britânico Ebenezer Howard, responsável esta por vários bairros de São Paulo. Pois, cidade não poderia desenvolver-se sem estar acompanhada de um projeto de cidade. Isso porque, desde o fim do século XIX há preocupações com o desenho das cidades. O planejamento servia como um modo de impedir processos de favelização, revitalizar áreas deterioradas e distribuir de forma mais eficiente os equipamentos. Assim, o projeto urbano serviria como uma solução para os conflitos sociais (GONÇALVES, 2007). No planejamento do município estão relacionadas às ideias e soluções do modelo da *Garden City*, implementando loteamentos em São Paulo, cujo modelo passa a substituir o desenvolvimento “espontâneo” das cidades, ao passo que se buscam por propostas de desenvolvimento planejado (RODRIGUES, 2004).

Para se obter uma cidade que prestigia às classes altas, foi elaborado por Vieira um projeto que era composto por zonas, com hierarquização logo no início do projeto. Assim, foram criadas zonas destinadas às atividades comerciais e residenciais, as zonas nas áreas verdes reservadas à elite que estavam se formando na cidade. Além da zona operária, intitulada “Vila Operária”, separada pelo verde, destinada ao uso industrial (TOWS, 2015).

A definição dos lugares diferenciados de Maringá para a moradia foi por si só um indicativo de segregação social, pois originou o deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais, ou seja, as bordas da cidade. Evidenciando uma ocupação distinta que abriga as classes altas, médias e baixas. Excluindo as classes baixas não apenas dos melhores lugares da cidade, como dos seus próprios limites, afastando-as para os limites vizinhos, desprovidos de infraestrutura básica, que ao contrário de Maringá foi oferecido desde a sua fundação (RODRIGUES, 2004).

Desse modo, não se deve pensar nos espaços segregados de Maringá como algo original de sua história, mas que teve influências de diversos agentes ao longo do tempo, com interesses capitalistas para que a assim, com a cidade dividida, poderia ser vendida para grupos econômicos e socialmente definidos (ARAÚJO, 2010). Assim, a produção do espaço urbano maringaense foi planejada de modo que a ocupação residencial ocorresse de maneira diferenciada, de acordo com as condições econômicas dos compradores (RODRIGUES, 2004).

A colonizadora exerceu monopólio sobre as terras maringaenses impulsionou pressões e especulações sobre os preços do solo, mesmo após a saída da CTNP do comando da cidade com as primeiras eleições, observa-se que a companhia manteve influências no legislativo e junto a vários gestores municipais e estaduais, a fim de nortear a expansão da cidade e seus lucros (SILVA; SILVA, 2015).

Não só estava presente a ação estado-mercado imobiliário, mas também agentes como associações de classe precocemente organizadas e sintonizadas com os demais produtores de espaço. A partir da década de 1950, algumas associações de classe passam a interferir profundamente no desenvolvimento urbano de Maringá, como por exemplo, a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) criada em 1953 que desde então tem papel fundamental no “desenvolvimento” maringaense (SILVA, 2015).

As ações que poderiam mudar o projeto inicial de Maringá foram vetadas pela Câmara dos Vereadores da cidade, dando à companhia uma posição privilegiada como agente



imobiliário. No entanto, ao passar dos anos ela perdeu seu espaço, com outros agentes imobiliários instalando-se na cidade. Ao longo dos anos esse grupo teve forte atuação e definição do espaço, dando continuidade às zonas já definidas anteriormente, mas dando prioridade há algumas áreas em detrimento de outras. Demonstrando uma preocupação com a obtenção de lucros por meio dos imóveis, mas sempre com o discurso de preocupação com a cidade, em mantê-la segura e sem sinais de pobreza (ARAÚJO, 2010).

Percebe-se que devido à hierarquização da cidade e o envolvimento de diversos agentes para a valorização dela, acarretada em uma cidade que cada vez mais impossibilita o seu acesso, inclusive o direito de morar. Por ser uma área supervalorizada com os valores de terra muito altos, mesmo políticas públicas não conseguiram resolver esse problema.

Nesse sentido, como aponta Leonardo (2017) o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) caracterizado por ser uma política pública que visa atender pessoas que não possuem condições de obter casa própria sem iniciativa do poder público. A autora ainda problematiza a questão do PMCMV em Maringá ter construído um número de casas para o Faixa 1 (faixa que caracterizada por possuir uma renda familiar de até R\$ 1.600,00) aquém do que foi disponível pelo governo federal. Segundo a autora, o município teria a disponibilidade de construir 2.893 unidade na faixa 1. Mas, foram produzidas somente 1.129, menos da metade do que era disponível. Representando 26% de toda a produção do PMCMV construída em Maringá pelo faixa 1, enquanto o padrão nacional gira em torno de 61% (LEONARDO, 2017).

Além disso, Maringá possui um déficit habitacional de 10,5 mil moradias. Outro agravante está relacionado com o número de pessoas que dependem de moradia por meio de aluguel, representando um índice 32%, enquanto Curitiba este índice é de 21%. O que pode comprometer até 69% da renda familiar maringaense (LEONARDO, 2017). Desse modo, observa-se a dificuldade de acesso à moradia por meio de políticas públicas e pelo mercado privado, por Maringá se caracterizar como uma cidade de alto valor obtenção de moradias. Assim, obter acesso à moradias resta às classes mais baixas o acesso por meio de resistências, como o caso das famílias da Escola Delfim Moreira.

### **O outro lado da cidade planejada: a Escola Delfim Moreira - um caso de resistência**

Em 28 de outubro de 2012, dezenove famílias ocupam o Conjunto Habitacional Moradias Atenas 2ª parte em Maringá, o conjunto é construído através de recursos do

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As famílias que ocuparam essas residências tratam-se em sua maioria de mulheres e crianças e alegam que estão na fila da casa própria há anos. Isso se deve ao fato dessas famílias não terem acesso às políticas de moradia pelo mercado imobiliário maringense, nem por meio de políticas habitacionais do município, como o aluguel social<sup>1</sup>. Essas famílias encontravam-se em um quadro de vulnerabilidade, buscando ocupar as residências do Conjunto Atenas como um modo de acesso à moradia (RELATÓRIO SOCIAL OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013). Pode-se entender que essas famílias não têm acesso à moradia porque o espaço urbano da cidade é tratado como uma mercadoria, desenvolvendo uma profunda desigualdade na sua produção, morar neste espaço torna-se a existência real da propriedade privada do solo urbano (CARLOS, 2012).

Essas famílias então passaram a territorializar esse espaço, dando-lhe identidade por meio de indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social ou não (SAQUET, 2009). No entanto em janeiro de 2014 elas são retiradas desse espaço. A prefeitura municipal entrou com um pedido de reintegração de posse, sendo essas famílias remanejadas para a escola desativada Delfim Moreira, localizada na zona rural de Maringá. Esse deslocamento das famílias pelo poder público pode ser entendido como uma disputa de poder entre esses agentes, então o espaço passa a ser território pelas relações de poder que existe nele.

O que acabou por distanciar essas pessoas do centro urbano, removendo-as para um lugar que apresentava precariedade, além da falta de mobilidade urbana ou acesso aos serviços da cidade. Seis meses após o realojamento para a escola Delfim Moreira, 9 famílias deixaram a ocupação, restando ainda 10 famílias (ATENAS RELATÓRIO 3, 2015). Percebe-se um processo desterritorializador e reterritorializador, quando essas ocupam esse novo espaço. Assim, essas famílias apropriam-se de um novo espaço, o territorializando, estabelecendo laços simbólicos de pertencimento a este território (MISOCZKY, et al, 2011).

A escola Delfim Moreira está localizada a 16km do centro de Maringá, na zona rural do município. Sendo cercada por plantação de soja e cana de açúcar, a escola estava desativada há seis anos, possuindo uma infraestrutura de 10 salas de aula, 3 banheiros, uma cozinha, despensa e secretaria. Essas famílias não tinham acesso ao transporte público, para trabalhar ou para as crianças frequentarem a escola. Ademais, como estavam próximas a

---

<sup>1</sup> Art 22 da Lei [LEI Nº 12.435](#). “Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas (Sistema Único de Assistência Social) e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

plantações de soja, onde havia o pulverizamento de agrotóxico e água impura o que ocasionou diversas doenças nesses moradores. O que também se constatou a presença de animais peçonhentos (ATENAS RELATÓRIO 2, 2014). As figuras 3 e 4 a seguir, apresentam a escola Delfim Moreira.

Figura 3 - Escola Delfim Moreira



Fonte: Arquivo Observatório das Metrópoles Maringá

Figura 4 - Escola Delfim Moreira



Fonte: Observatório das Metrópoles Maringá

O descaso do poder público municipal prosseguiu ao longo de dois anos. Ao tratarem essas famílias como “invasoras” evitavam buscar soluções por meio de políticas sociais, para que as “invasões” não se tornem um modelo a ser repetido (ATENAS RELATÓRIO 3, 2015). Os desdobramentos desse caso só foram parcialmente resolvidos em 2015, com o sorteio de residências do PMCMV, nele cinco famílias da escola Delfim Moreira foram contempladas. Mas ainda restaram as outras cinco famílias que permaneciam alojadas na área precária da escola. Assim, em junho de 2017 as famílias restantes são contempladas via aluguel social e se mudam para suas novas casas, localizadas em Iguatemi e Floriano.

Nesse sentido, esse trabalho propõe entender a cidade como múltiplos territórios, que possuem relações de poder tanto material como simbólicas, com a ação de diversos agentes sociais que pelos ditames do capital, produzem um espaço urbano desigual que segrega as pessoas de menor renda, impossibilitando-as do acesso à moradia. No entanto, essas pessoas formam resistências, criando também relações de poder em busca da luta por moradia. Desse modo, busca-se entender o constante movimento des(re)territorializador que ocorreram com essas famílias, nas áreas ocupadas por elas e que marcaram materialmente e simbolicamente esses territórios.

O trabalho está em andamento, a princípio dispõe de dados secundários, mas pretende avançar na pesquisa coletando dados primários por meio de entrevistas com as famílias que ocuparam a Escola Delfim Moreira, bem como outros agentes que participaram deste processo de ocupação ao longo desse tempo.

### **Considerações finais**

Entender a organização-cidade mostra-se um importante objeto para os Estudos Organizacionais. Assim, ao abranger a cidade como objeto de análise desse campo, observa-se não apenas as organizações inseridas nela, mas seus aspectos simbólicos, sociais e históricos, estes que são construídos por meio da hegemonia capitalista e afetam os indivíduos e o mundo de suas vidas. Sobrepor à cidade possibilita pensar nela de modo mais amplo, compreendendo que a realidade é complexa, entendendo-a a partir das transformações que são realizadas por diferentes agentes sociais (VIEGAS, et al. 2013)..

Busca-se compreender a produção do espaço urbano espaço não como algo “dado”, mas como consequências da ação de agentes sociais concretos, históricos, que possuem interesses e estratégias, gerando conflito e contradições entre eles mesmos e outros segmentos

da sociedade (CORREA, 2017). O que é possível verificar na produção do espaço urbano de Maringá, que desde sua gênese foi uma cidade criada para atender agentes sociais com interesse na valorização do solo, em consequência impedindo que as classes mais baixas tenham acesso à moradia.

Assim ao compreender a cidade composta por múltiplos territórios e que nele se manifestam relações de poder por diversos agentes, é possível observar os processos de des(re)territorialização e como eles ocorreram nas famílias que ocuparam a Escola Delfim Moreira.

Nesse sentido, o processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, como a destruição de símbolos, quanto concreto e material, pela destruição de antigos laços. Nesse sentido, o processo de desterritorialização pode ocorrer concomitantemente em uma escala (regional/local) e reterritorialização em outra (nacional e mundial) (HAESBAERT, 2000).

Com a apropriação no território têm-se os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), T-D-R. Ao trazer esses conceitos ao objeto de estudo do trabalho, entende-se que as famílias da Escola Delfim Moreira foram desterritorializadas da própria cidade de Maringá, ao não possuírem acesso à moradia. Pois, de acordo com Haesbaert (2007a) desterritorialização pode significar não só a perda do território material, mas um processo de exclusão social. Sendo assim, levadas a territorializaram novos espaços, dando novas características a esses territórios.

Nesse sentido, esse trabalho pretende entender não apenas as resistências que se formaram nesses territórios, mas como eles foram marcados, pela passagem das famílias da Escola Delfim Moreira.

## Referências

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. IN: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ; I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

ARAÚJO, M. C. A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: RODRIGUES, N. A; TONELLA, C. (Orgs). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas**. Maringá: Eduem, p. 165-191, 2010.

\_\_\_\_\_, Marivânia. C.; GALVAO, A. A. . Aspectos da Habitação na Região Metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, A. L. (Ana Lúcia Rodrigues). (Org.). **Como**

**Anda a Região Metropolitana de Maringá** (no prelo). 1ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2007, v. 1, p. 71-89.

ATENAS RELATÓRIO 2. Observatório das Metrôpoles. Maringá, 2014

ATENAS RELATÓRIO 3. Observatório das Metrôpoles. Maringá 2015

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. IN: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ; I. P **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

COIMBRA; K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: O movimento do quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008. p. 197-216.

FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas: apreendendo com fragmentos e configuração local. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, T. et al. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade *puzzle*. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, J. H. R.. Maringá: algumas facetas coloniais do projeto urbano. In: Oigres Leici de Macedo; Fabíola castelo Cordovil; Renato Leão Rego. (Org.). **Pensar Maringá: 60 Anos de Plano**. Maringá: Massoni, 2007, v. , p. 23-36.

HAESBAERT, R., Desterritorialização, entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-206.

\_\_\_\_\_. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E., S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. P. 97-119.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In M. Santos & B. K. Becker. (Orgs.), **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**(pp. 43-71). Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007b.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos espaço-território e concepção territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 95-120.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 36, p. 158-186, ou./dez. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Maringá –PR, Censo, 2017.

LEONARDO, S. V. **Do desenho nacional à dinâmica local: a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Maringá – PR**. 2017. 365f. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2017.

MAC-ALLISTER, M.; MOURA, S. Cidade estratégica e gestão empreendedora: uma operação de planejamento, pacto e marketing. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 7-29, jun. 1996.

MISOCZY, M. C.; CAMARA, G. D; CERQUEIRA, P.; COTO, G. C. Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Olaria – Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, p. 254-279, 2012.

PESAVENTO, S. J. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO SOCIAL OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Observatório das Metrópoles. Maringá, 2013.

RODRIGUES, A. L.; A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. 258 f. (TESE DE DOUTORADO) Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: 2004.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A., Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013

\_\_\_\_\_. **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, dez. 2012.

SILVA, C. A. M.; Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – PR: do espaço da floresta à cidade-jardim representação da “cidade ecológica” “cidade verde”. 2006. 230 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Florianópolis, UFSC: 2006.

SILVA; B. F; SILVA; R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. L.; (Orgs.). Maringá: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

SILVA; L. C. L. O.; SARAIVA, L. A. S.; Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano. **IV CBEO**. Porto Alegre, 2016.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças, e desigualdade socioespaciais. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

\_\_\_\_\_. “Território da divergência” (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos: Expressão Popular**, 2009, p. 57-72.

\_\_\_\_\_, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. IN: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017

TOWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. Tese(Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá

VIEGAS, et al. G. C. F. S.; et al. Re-significações no âmbito da cidade: um estudo das ações da Prefeitura de Belo Horizonte no combate à pichação. Congresso Brasileiro dos Estudos Organizacionais, v.1. Fortaleza, 2013.